

ENTRE HISTÓRIAS E SABERES: A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA FREIREANA NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS DA EJA

BETWEEN STORIES AND KNOWLEDGE: THE INFLUENCE OF FREIREAN PEDAGOGY ON THE FORMATION OF ADULT EDUCATION STUDENTS

Michelle Menezes Caldeira¹
Universidade Federal do Tocantins

Erasm Baltazar Valadão²
Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um importante instrumento de inclusão social e garantia do direito à educação para sujeitos historicamente marginalizados. Este artigo tem como objetivo analisar como os princípios da pedagogia freireana se manifestam na trajetória de vida e aprendizagem de um estudante da EJA, destacando a valorização dos saberes prévios, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando o método indutivo. Os dados foram obtidos por meio da análise do histórico do Projeto Educação Popular: A Função Social da Universidade Pública – Ação de Jovens, Adultos e Idosos, desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins, bem como por meio de narrativas e documentos relacionados à experiência educativa no contexto local. Ressalta-se que esta pesquisa encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, caracterizando-se como um estudo em andamento, sendo que parte dos dados ainda está em processo de construção, incluindo o memorial de vida do estudante da EJA, que será posteriormente incorporado à análise. Ainda assim, os apontamentos preliminares indicam que a valorização dos saberes prévios, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento contribuem significativamente para a formação crítica e emancipadora dos educandos. Conclui-se, de forma provisória, que a pedagogia freireana se apresenta como uma abordagem fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora na EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Pedagogia Freireana; Educação Popular; Emancipação; Universidade Pública.

ABSTRACT

The Educação de Jovens e Adultos (EJA), Adult and Youth Education, constitutes an important instrument for social inclusion and guaranteeing the right to education for historically marginalized individuals. This article aims to analyze how the principles of Freirean pedagogy manifest themselves in the life and learning trajectory of an EJA student, highlighting the valorization of prior knowledge, dialogue, and the collective construction of knowledge. The research is based on a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, using the inductive method. Data are being obtained through the analysis of the history of the Projeto Educação Popular: A Função Social da Universidade Pública – Ação de Jovens, Adultos e Idosos, a popular education project developed by the Universidade Federal de Tocantins (UFT), as well as through narratives and documents related to the educational experience in the local context. It should be noted that this research is in its initial phase of development, characterizing itself as an ongoing study, with some data still under construction, including the life memoir of the EJA student, which

¹Educadora Popular e coordenadora do Projeto Educação Popular: A Função Social da Universidade Pública – Ação de Jovens, Adultos e Idosos; formanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Arraias/Tocantins, Brasil. ORCID iD: 0009-0004-9373-2514. Lattes: 2535424157744726. E-mail: menezes.michelle@mail.uft.edu.br.

²Doutor pela Universidade Federal de Brasília (UnB). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Arraias, Tocantins, Brasil. Lattes: 2635832123456273. E-mail: erasmovalado@mail.uft.edu.br.

will be subsequently incorporated into the analysis. Nevertheless, preliminary findings indicate that valuing prior knowledge, dialogue, and the collective construction of knowledge contribute significantly to the critical and emancipatory education of students. It is provisionally concluded that Freirean pedagogy presents itself as a fundamental approach for promoting inclusive and transformative education in adult education.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA); Freirean Pedagogy; Popular Education; Emancipation; Public University.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é um direito fundamental e um instrumento de transformação social, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que atende sujeitos que não tiveram acesso à escolarização na idade considerada regular. Apesar das garantias legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a EJA ainda enfrenta desafios relacionados à permanência dos estudantes e à adequação das práticas pedagógicas às suas especificidades.

As políticas educacionais mais recentes têm reforçado a necessidade de reconfiguração da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), considerando suas especificidades. A Resolução CNE/CEB nº 3/2025 destaca a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e articuladas com a realidade dos estudantes, evidenciando, assim, a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa desses sujeitos.

No estado do Tocantins, os índices de analfabetismo ainda são significativos, refletindo desigualdades históricas e sociais. No município de Arraias, esse cenário é agravado por fatores como a herança escravocrata, a predominância de comunidades quilombolas e as dificuldades de acesso à educação formal ao longo das gerações, o que contribui para o número altíssimo de analfabetos que temos atualmente.

Nesse contexto, a pedagogia freireana apresenta-se como uma perspectiva fundamental ao propor uma educação baseada no diálogo, na valorização dos saberes dos educandos e na construção coletiva do conhecimento. Para Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito à realidade do educando, reconhecendo-o como sujeito ativo no processo educativo.

Diante disso, este estudo busca responder à seguinte questão: De que maneira os princípios da pedagogia freireana refletem na trajetória de vida e aprendizagem de um estudante da EJA no município de Arraias/TO?

CAMINHOS DA PESQUISA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pelo método indutivo. Parte-se da compreensão de que a realidade social é construída historicamente, sendo marcada pelas experiências e trajetórias dos sujeitos.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo adota uma perspectiva interpretativa, reconhecendo o educando como sujeito ativo na produção do conhecimento. A pesquisa se baseia na análise do histórico do Projeto Educação Popular desenvolvido no município de Arraias-TO, bem como em narrativas e documentos que retratam a experiência educativa no contexto da EJA.

Os procedimentos metodológicos incluem a análise documental e a interpretação de relatos, utilizando como técnica a Análise de Conteúdo, conforme fora proposta por Bardin (2011), organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresenta uma trajetória marcada por transformações históricas, políticas e pedagógicas, refletindo as mudanças sociais e o desenvolvimento das políticas públicas educacionais. Desde a década de 1930, o tema ganha relevância diante do elevado índice de analfabetismo, considerado um entrave ao progresso social e econômico do país. Nesse contexto, a criação da Cruzada Nacional de Educação, em 1932, buscou mobilizar esforços para enfrentar o analfabetismo, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à educação de adultos (Sandra Maria, 2020). A primeira fase da EJA, portanto, está vinculada a iniciativas de caráter nacional, com foco na alfabetização e na preparação para a inserção no mercado de trabalho.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a educação passou a ser entendida como instrumento de segurança nacional, orientada para a formação profissional e para o atendimento às demandas da indústria nascente. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, exemplifica esse enfoque: “A educação de adultos passou a ter função utilitarista, voltada à qualificação da força de trabalho” (Sandra Maria, 2020, p. 45). Essa fase reforça a perspectiva instrumental, priorizando a alfabetização funcional em detrimento da formação integral do indivíduo.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) trouxe novos desafios para a educação de jovens

e adultos, promovendo a alfabetização como instrumento de desenvolvimento social. Conforme Arroyo (1995, p. 78), “a educação de adultos deve considerar o sujeito em sua totalidade, integrando conhecimentos, experiências e contexto social”. Nessa fase, a EJA passava a ser reconhecida não apenas como política nacional, mas também como parte de uma agenda internacional de desenvolvimento que passava a valorizar a continuidade dos estudos e o combate ao analfabetismo de forma estruturada.

A década de 1960 foi marcada pela influência de Paulo Freire, cujas reflexões sobre alfabetização e conscientização política transformaram a perspectiva pedagógica da EJA. Freire (1987, p. 36) afirma que “ensinar a ler é, ao mesmo tempo, ensinar a pensar e a transformar a realidade”. Esse enfoque crítico e emancipatório propunha que a alfabetização não fosse apenas um processo mecânico, mas um instrumento de cidadania e de autonomia, articulando aprendizagem e consciência social.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a EJA sofreu restrições políticas e pedagógicas. Houve descontinuidade de programas críticos e a modalidade passou a ser tratada como ferramenta de integração social e adaptação funcional, “voltada à manutenção da ordem social vigente” (Gadotti, 1992, p. 112). Nesse período, a educação para jovens e adultos foi desvalorizada em termos de financiamento e prioridade política, embora permanecessem iniciativas isoladas que buscavam manter a perspectiva emancipatória.

Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a EJA passou a ser reconhecida como um direito social, não apenas como uma política compensatória. A CF/88 estabelece que a educação deve ser oferecida a todos, garantindo a inclusão daqueles que não concluíram a escolarização regular. Haddad (1999, p. 57) observa que “a educação de jovens e adultos passa a ser uma questão de cidadania, integrando direitos e deveres, e não apenas uma resposta emergencial ao analfabetismo”.

A LDB de 1996 consolidou a EJA como modalidade da Educação Básica, contemplando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e estabeleceu diretrizes para respeitar trajetórias de vida e experiências sociais dos educandos. Segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 142), “a legislação buscou flexibilizar os critérios de idade e certificação, promovendo a continuidade dos estudos e valorizando o histórico de aprendizagem de cada sujeito”. Essa fase representa um avanço na institucionalização da EJA, aproximando-se das perspectivas pedagógicas críticas e inclusivas.

Nos anos 1990 e 2000, programas como os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJAS) e o Programa Brasil Alfabetizado procuraram ampliar a oferta da EJA, envolvendo secretarias estaduais, municipais e organizações civis. Contudo, persistiram desafios estruturais: financiamento precário, desigualdades regionais e formação docente insuficiente. Arroyo (1995, p.81) destaca que “a qualidade da EJA está diretamente relacionada à valorização do professor e ao reconhecimento da especificidade do público jovem e adulto”.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe avanços na definição de diretrizes curriculares, mas sua adaptação à diversidade da EJA ainda representa um desafio. Observa-se que muitos conteúdos permanecem voltados para a educação regular, necessitando de ajustes para respeitar trajetórias interrompidas, experiências de vida e ritmos diferenciados de aprendizagem. Essa fase contemporânea evidencia a necessidade de políticas mais articuladas e investimento na formação docente, reafirmando a EJA como direito social.

Atualmente, a EJA continua sendo uma modalidade estratégica para garantir a inclusão educacional e a cidadania de jovens e adultos que não concluíram a escolarização na idade regular. A perspectiva crítica, inspirada em Freire, reforça que a EJA deve transcender a alfabetização instrumental, promovendo o letramento social, a consciência crítica e a participação cidadã. Como afirma Gadotti (1992, p. 119), “a verdadeira educação de jovens e adultos só se concretiza quando promove autonomia, reflexão e ação sobre a própria realidade”.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 veio reafirmar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) como um direito social e enfatizar a necessidade de políticas públicas que assegurem a inclusão, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, considerando suas trajetórias de vida, experiências e condições de vida. A normativa reforça a carência de práticas pedagógicas flexíveis e alinhadas às demandas desse público, em consonância com perspectivas críticas e emancipatórias da educação.

Enfim, a evolução da EJA no Brasil integra dimensões políticas, sociais, pedagógicas e institucionais, refletindo um percurso histórico que vai da alfabetização funcional à educação emancipatória. A modalidade representa hoje não apenas uma resposta à exclusão educacional, mas também um instrumento de transformação social, reafirmando o compromisso com o direito à educação e com a formação de sujeitos críticos e participativos.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS/TO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Arraias, situado na região sudeste do estado do Tocantins, está intrinsecamente relacionada às desigualdades históricas, sociais e educacionais que marcaram a formação da população local. Conforme evidenciam os estudos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins - *Campus* de Arraias, o município apresenta um histórico de exclusão educacional vinculado ao período colonial, à exploração do ouro e à utilização da mão de obra escravizada, fatores que contribuíram para a negação do direito à educação a amplas parcelas da população.

Araújo (2023) destaca que a cidade de Arraias possui uma trajetória marcada por profundas desigualdades sociais, nas quais a educação formal foi historicamente restrita a uma minoria. De acordo com a autora, muitos trabalhadores, sobretudo negros, moradores da zona rural e sujeitos pertencentes às classes populares, foram impedidos de frequentar a escola na idade regular em razão do trabalho precoce, da pobreza e da inexistência de políticas públicas educacionais eficazes.

Nesse contexto, a EJA surge como uma possibilidade de reparação histórica e social, oferecendo a jovens, adultos e idosos a oportunidade de acesso ou retorno à escolarização básica. Nascimento (2021) ressalta que essa modalidade atende sujeitos que, por diversas razões, tiveram seus estudos interrompidos, sendo a maioria composta por trabalhadores que conciliam longas jornadas de trabalho com a frequência escolar.

Os estudos analisados apontam que o público da EJA em Arraias é heterogêneo, composto majoritariamente por trabalhadores jovens, adultos e idosos que buscam a alfabetização e a conclusão da educação básica como forma de melhorar suas condições de vida e ampliar suas oportunidades sociais e profissionais. Segundo Nascimento (2021), muitos estudantes da EJA relatam que o retorno à escola representa a realização de um sonho adiado, além de uma estratégia para enfrentar as exigências do mundo do trabalho e da vida social contemporânea.

Entretanto, esses sujeitos enfrentam múltiplos desafios, entre os quais se destacam o cansaço físico, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, a evasão escolar e o preconceito social. Conforme afirma Nascimento (2021, p. 7), “em alguns casos, existe o preconceito a quem recorre a esta modalidade de ensino”, o que contribui para o desestímulo e, por vezes, para o abandono dos estudos.

Araújo (2023) reforça que muitos estudantes da EJA são oriundos de trajetórias marcadas pela exclusão, pelo trabalho informal e pela ausência de oportunidades educacionais, o que evi-

dência a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a realidade social e cultural desses sujeitos.

Os TCCs analisados convergem ao apontar que a EJA em Arraias enfrenta desafios estruturais e políticos significativos. Entre eles, destacam-se o fechamento de escolas, especialmente no meio rural, a precarização das condições de funcionamento das turmas e a insuficiência de políticas públicas contínuas voltadas à modalidade.

Nascimento (2021) evidencia que a taxa de analfabetismo no município ainda é elevada, impactando diretamente o desenvolvimento social e econômico da população. Além disso, o autor destaca que a visão estigmatizada da EJA como uma educação “inferior” reforça práticas discriminatórias e contribui para a desvalorização dessa modalidade de ensino (Nascimento, 2021). Esses fatores demonstram que, apesar de sua importância social, a EJA ainda não ocupa o lugar de centralidade que deveria nas políticas educacionais locais, exigindo maior investimento público e valorização institucional.

Um aspecto relevante identificado nos estudos é a articulação entre a EJA e a Educação Popular no município de Arraias. Montalvão (2022) destaca que projetos de extensão desenvolvidos pela UFT têm contribuído de forma significativa para a alfabetização e a formação de jovens e adultos, fundamentando-se nos princípios da pedagogia freireana. De acordo com a autora, a Educação Popular se apresenta como uma alternativa que “foge aos muros das escolas e ao tradicionalismo presente nesses espaços de educação formal”, promovendo uma prática educativa democrática, dialógica e emancipatória (Montalvão, 2022). Essa perspectiva valoriza os saberes dos educandos e compreende a educação como um instrumento de transformação social. Araújo (2023) complementa ao afirmar que a universidade pública desempenha um papel social fundamental ao desenvolver projetos voltados às classes populares, possibilitando o acesso ao conhecimento e contribuindo para a permanência e o sucesso dos estudantes da EJA.

Diante do exposto, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no município de Arraias-TO constitui-se como um direito social e um importante instrumento de enfrentamento das desigualdades educacionais históricas. Apesar dos inúmeros desafios, a EJA tem possibilitado a reconstrução das trajetórias educacionais de seus estudantes, fortalecendo a autoestima, a consciência crítica e a participação social.

Os estudos analisados evidenciam que o fortalecimento da EJA em Arraias passa pela ampliação das políticas públicas, pela valorização da Educação Popular e pela adoção de práticas

pedagógicas contextualizadas, críticas e comprometidas com a emancipação humana, conforme defendido pela pedagogia freireana.

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA DESENVOLVIDA NO PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM ARRAIAS/TO.

A educação popular fundamentada nos pressupostos da pedagogia freireana tem se constituído como uma importante estratégia de enfrentamento das desigualdades educacionais no município de Arraias/TO. Conforme evidenciam os trabalhos de conclusão de curso analisados, essa proposta educativa emerge como resposta às lacunas deixadas pela educação tradicional, sobretudo no atendimento a jovens, adultos e idosos, historicamente excluídos do direito à escolarização.

O projeto Educação Popular desenvolvido em Arraias/TO, surgiu no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Arraias, por meio de ações extensionistas voltadas para a alfabetização e formação de jovens e adultos das classes populares. De acordo com Montalvão (2022), o projeto nasce da necessidade de criar alternativas educacionais que ultrapassem os limites da escolarização formal e alcançassem os sujeitos que, por diversos motivos, não conseguiam acessar ou permanecer na Educação de Jovens e Adultos ofertados pela rede regular.

A iniciativa se fundamenta nos princípios da Educação Popular, compreendida como uma prática educativa comprometida com a transformação social, a valorização dos saberes populares e o diálogo entre educadores e educandos. Montalvão (2022 n.p.) destaca que se trata de uma proposta que “foge aos muros das escolas e ao tradicionalismo presente nesses espaços de educação formal”, buscando construir um processo mais democrático e significativo para os participantes.

No que se refere ao desenvolvimento do projeto, os estudos apontam que as atividades foram organizadas a partir da realidade concreta dos educandos, considerando suas vivências, experiências de trabalho e contextos socioculturais. As práticas pedagógicas adotadas priorizam o diálogo, a escuta sensível e a problematização da realidade em consonância com a perspectiva freireana de educação como prática da liberdade.

Araújo (2023) ressalta que o projeto assumiu um caráter coletivo e participativo, no qual os educandos não eram vistos como sujeitos passivos do processo ensino-aprendizagem, mas como protagonistas da construção do conhecimento. Essa abordagem possibilitou a criação de um espaço educativo acolhedor onde os estudantes se sentiam valorizados e respeitados em suas trajetórias de vida.

Além disso, o projeto buscou atender trabalhadores que enfrentavam dificuldades para frequentar a escola regular, seja por incompatibilidade de horários, seja por experiências anteriores de fracasso escolar. Dessa forma, a Educação Popular se configurou como uma alternativa concreta de acesso à alfabetização e ao letramento para sujeitos historicamente marginalizados.

Os impactos do Projeto Educação Popular são evidenciados nos relatos presentes nos TCCs analisados e no período de coordenar e trabalhar como educadora popular. Segundo Montalvão (2022), a participação nas atividades contribuiu significativamente para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos educandos e esse relato se dá por todos os participantes do projeto. Muitos participantes passaram a se reconhecer como sujeitos de direito, capazes de interpretar a realidade e viver de forma mais ativa em seus contextos sociais.

Araújo (2023) destaca que, para além da alfabetização, o projeto promoveu a construção de vínculos sociais e o fortalecimento da identidade dos educandos, possibilitando-lhes novas perspectivas de vida e de inserção social. Nesse sentido, a Educação Popular mostrou-se como uma prática educativa que articula conhecimento, cidadania e emancipação humana.

Do ponto de vista institucional, o projeto de Educação Popular também trouxe contribuições relevantes para a EJA no município de Arraias. Ao atender sujeitos que estavam fora da escola, a iniciativa complementou as ações da educação formal e evidenciou a necessidade de políticas públicas mais amplas e inclusivas voltadas à alfabetização de jovens e adultos.

Além disso, os estudos ressaltam o papel social da universidade pública na promoção de ações extensionistas comprometidas com a realidade local. Conforme Araújo (2023), a UFT assume, por meio do projeto, uma função social que vai além da formação acadêmica, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a redução das desigualdades educacionais no município.

Os resultados observados na experiência do Projeto Educação Popular evidenciam uma prática pedagógica alinhada aos princípios da educação emancipatória, fundamentada no diálogo, na valorização dos saberes e na construção coletiva do conhecimento. Esses elementos estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB 3/2025, que orienta a organização da EJA.

Diante disso, pode-se observar que o projeto de Educação Popular evolui desde sua concepção inicial, voltada ao enfrentamento da exclusão educacional, até a consolidação de uma prática pedagógica emancipatória, capaz de transformar realidades individuais e coletivas. Ao articular universidade, comunidade e princípios freireanos, o projeto reafirma a Educação Pop-

ular como um caminho legítimo e necessário para a garantia do direito à educação de jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a pedagogia freireana exerce influência significativa na formação de sujeitos da EJA, ao promover uma educação crítica, dialógica e emancipatória. No contexto de Arraias, iniciativas como o Projeto Educação Popular demonstram que é possível construir práticas educativas mais inclusivas e alinhadas às realidades dos estudantes. No entanto, ainda são necessários maiores investimentos em políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso desses sujeitos na escola.

A Resolução CNE/CEB nº 3/2025 reforça a necessidade de consolidação de práticas educativas que dialoguem com a realidade dos estudantes da EJA, evidenciando que a efetivação do direito à educação depende de articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas críticas e valorização das experiências dos estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida não apenas como uma modalidade de ensino, mas como um instrumento de transformação social. Por esse motivo, reforça-se a importância da universidade pública como agente de mudança, especialmente por meio de projetos de educação popular que contribuem para a democratização do conhecimento e para a construção de uma sociedade mais justa.

A convivência com os sujeitos participantes do Projeto demonstram o quanto é possível promover um espaço de inclusão e emancipação social. Os estudantes da UFT do *campus* de Arraias que participaram do projeto terminaram o curso de Pedagogia vislumbrando o potencial transformador que a educação tem na vida dos sujeitos que se aventuram a sair do estabelecido.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Andressa dos Santos. O processo de exclusão da educação formal para os trabalhadores de Arraias. 2023. 31 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2023.
- ARROYO, Miguel. **Educação de jovens e adultos: fundamentos, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 2025. Estabelece diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, L.; RIBEIRO, S. R. **Educação de jovens e adultos: políticas, currículo e práticas pedagógicas**. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular: teoria e prática**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos: políticas, práticas e desafios**. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTALVÃO, Milena Moreira. Os fundamentos da Educação Popular no projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Arraias. 2022. 96 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2022.

NASCIMENTO, Hiego Kassio de Sousa. A educação de jovens e adultos: contribuições na formação do sujeito e implicações diante do preconceito social. 2021. 33 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2021.

SANDRA MARIA, R. **História da educação de jovens e adultos no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: debates e reflexões**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

Fontes Digitais:

G1 TOCANTINS. Em 2024, 86 mil pessoas não sabiam ler ou escrever no Tocantins, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2025/06/14/em-2024-86-mil-pessoas-nao-sabiam-ler-ou-escrever-no-tocantins-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2025.

GESTÃO ESCOLAR. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 29 out. 2025.

IMAP. Os desafios e a importância da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Disponível em: <https://imap.org.br/os-desafios-e-a-importancia-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2025.

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.

Publicado em: 23 de agosto de 2026.